

Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: Florianópolis

Data: 18 de setembro de 2025

Local da realização da atividade: Florianópolis - modalidade virtual

Relator (es): João Victor Joenck Hoffmann, Philipe Sidartha Razeira, Júlia Moraes Callado, Brenda da Silva Rodrigues, Thaís Possenti Pinto Dias.

Observação: após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para:

snpc@iphan.gov.br

Eixo 1 - Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada

Desafios	Oportunidades
Ausência de maior atuação da instância estadual junto aos municípios.	O envolvimento dos atores levará ao entendimento da importância do Patrimônio Cultural, o que pode ser realizado através de mais reuniões, editais.
Fomentar oportunidade de cooperação de outros órgãos do estado para com o patrimônio cultural local - além do Iphan.	O Andanças é uma ótima oportunidade de escuta (rolezinhos).
Editais com verbas/recursos limitados para as ações de preservação do patrimônio.	Aumentar abrangência do reconhecimento e da preservação do patrimônio. Temos municípios com tombamento federal de um grande conjunto a municípios pequenos sem qualquer tipo de preservação. De início precisamos de um diagnóstico que envolvam diferentes setores (turismo, infraestrutura, etc.).
Especificidade local/diferença de situação cultural, econômica de cada município.	Câmaras temáticas do patrimônio - CAU – oportunidade de articulação.
Muitos municípios não possuem se quer legislação específica para tombamento.	Conselho Estadual de Cultura recebe demandas locais de patrimônio / ponto de articulação.
Poucos servidores, em todas as instâncias, gerando sobrecarga dos servidores e causando acúmulo de demandas.	Concurso de fotografia para instigar o olhar para o patrimônio.
Barreiras (tempo, ruídos) de comunicação entre órgãos e setores.	Busca ativa do município para com as comunidades a fim de gerar maior participação nos editais.

Dificuldade de articular com diferentes atores, nas 3 esferas, e com as comunidades.	Tombamento como valorização das edificações. Como contribuição com a história.
Poucos Editais ligados ao patrimônio quilombola e indígena - mais desconfiança em relação aos entes governamentais.	Plano integrativo de gestões. Com possibilidade de capacitação técnica e trocas de ideias através de um sistema digital unificado. Que agilize trocas e respostas. Criação de um eixo tecnológico que evidencie perguntas e soluções entre os entes e a sociedade civil.
Falta educação patrimonial e conscientização da importância do patrimônio nas comunidades.	Um mutirão ou seminário de capacitação para o desenvolvimento de legislação de preservação nos âmbitos municipais. E posterior acompanhamento.
Pressão econômica e imobiliária que fragiliza as políticas públicas. A especulação que fragiliza a manutenção do patrimônio material tombado (edificações).	A aproximação do Iphan, através dos escritórios técnicos, junto com os municípios e a administração pública pode criar vínculo positivo das pessoas para com o patrimônio.
Pouca divulgação das políticas e ações voltadas à cultura.	Identificação do patrimônio com QRcode, histórico e foto.
Visão de que o tombamento é prejudicial, que congela os edifícios.	
Articulação com os sistemas de museus e arquivos e em menor escala talvez turismo, como áreas afins.	
Eixo 2 - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização	
Desafios	Oportunidades
Incluir em contratações e intervenções consultores que sejam pessoas com	Estimular os Conselhos Municipais de Cultura a criarem setoriais diversas como:

deficiência na elaboração das propostas e realização de diagnósticos.	de cultura negra, indígena, quilombola, lgbt+, etc.
Formação dos conselhos com representatividade, pois os atores sociais não entram devido as restrições de editais à membros do conselho – esvaziamento do conselho municipal e estadual de cultura.	Rever legislações e relações entre as 3 esferas para aproximar o público diverso a participar dos conselhos.
Falta de legislação e conselhos de cultura em muitos municípios - principalmente os muito pequenos (que são numerosos em SC).	Momentos como esse favorecem trazer as pessoas de diversos lugares – Escutas públicas, busca ativa do poder público para com as comunidades.
Falta de acesso as ações por questões de infraestrutura e comunicação, como falta de internet.	Mapeamento de grupos e bens por parte do governo.
Envolver de forma real as comunidades, superar barreiras de linguagem e acesso à informação, descentralizar decisões e reconhecer a diversidade de identidades culturais.	Promover acessibilidade através do respeito à comunidade, das tradições e costumes para possibilitar que essas comunidades estejam no lugar. Com comunicação assertiva.
Criação de estratégias funcionais para garantir a representatividade, acessibilidade, equidade e democracia nas políticas de patrimônio no território.	Para ampliar representatividade e equidade, precisamos investir em processos de formação, garantir acessibilidade, fortalecer conselhos locais e redes comunitárias, além de criar pactos de corresponsabilidade entre órgãos públicos e sociedade civil, assegurando continuidade e legitimidade às políticas de patrimônio.
A busca ativa necessita de equipes grandes e de atendimento das particularidades de espaço e tempo das comunidades, para promover acesso as políticas.	Ações de planejamento a longo prazo.
A falta de um mapeamento de bens inventariados, bem como das leis e conselhos nos diversos níveis.	Descentralizar os espaços de decisão, fortalecendo conselhos locais e redes comunitárias.
Comunicação assertiva para que a busca ativa seja uma busca respeitosa, principalmente para os diferentes	Ampliar o entendimento de referências culturais; da proteção em outras esferas para capilarização da política pública.

grupos historicamente sub-representados nas políticas nacionais.	
Nossos instrumentos foram pensados em bases culturais voltadas ao patrimônio de origem eurocentrada.	Criar mecanismos de acessibilidade que contemplem diferentes públicos (sejam físicos, comunicacionais ou sociais).
A fragilidade da existência de comunidades (quilombolas, indígenas) pela demora da formalização e reconhecimento de seus territórios.	Promover metodologias participativas que assegurem que as vozes historicamente excluídas sejam protagonistas.
Falta de equipe nos municípios para diagnosticar e compilar todas as informações.	A corresponsabilidade entre órgãos públicos, sociedade civil e comunidades deve ser consolidada por meio de pactos e acordos que assegurem continuidade e legitimidade às políticas, para que o patrimônio cultural seja de fato um bem comum, construído e preservado de maneira coletiva.
Foco no patrimônio tradicional acaba delimitando "o que é seu / o que é meu". Em especial nos contextos catarinenses (onde costuma haver referências a identidades de origens, por exemplo, as de imigrantes europeus).	Focar nas referências culturais, como viés da preservação do patrimônio.
A maioria dos municípios desconhece os diversos sistemas de cultura dentro do nacional, sistema de bibliotecas, museus, patrimônio, e que podem ser institucionalizados em nível municipal. O desinteresse e falta do entendimento da importância do patrimônio é uma das maiores dificuldades.	
Troca de gestão a cada 4 anos, não especialização dos atores públicos e a falta de continuidade das políticas públicas.	

Eixo 3 - Fazendo a roda do patrimônio girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

Desafios	Oportunidades
Conhecer o público que precisa da política pública. Através de busca ativa/mapeamento.	Criação de banco de dados de boas práticas com exemplos bem-sucedidos de projetos das várias áreas.
Continuidade e consistência das políticas para a permanência de programas e instrumentos de fomento, independente das trocas de gestão. Em especial os editais.	Capacitação das pessoas, criar produtos e experiências que tragam visibilidade aos fazedores de cultura, inclusive com educação financeira
Buscar as comunidades com sensibilidade para entender as necessidades e modos de personalizar o tipo do fomento à renda.	Incentivar inovação, respeitando a identidade e a memória por meio de jogos e tecnologia.
Falta de servidores de carreira – deixa a política pública municipal à mercê da sazonalidade e da troca de gestão a cada eleição.	Equipamentos geradores de renda (restaurantes, observatórios) junto aos sítios arqueológicos.
No caso em específico do bem imóvel, gerar renda/possibilidade de ganho financeiro para o proprietário.	Pensar a sustentabilidade para além da lógica econômica do lucro e dos números financeiros.
Necessidade de criar indicadores de sustentabilidade que vão para além dos critérios financeiros e de lucro.	Busca ativa, políticas públicas como o SNC e obrigatoriedades de investimentos dos municípios seria um bom caminho.
Promover articulação com a legislação municipal, em especial com os instrumentos de direito urbanístico.	Fomentar o artesanato de tradição cultural, respeitando a identidade local, apoiando as ações de oficina, divulgando e inserindo o artesão nos espaços culturais, eventos, feiras locais e regionais.
	Institucionalização de políticas públicas por meio do sistema, conselho, fundo e plano com pressuposto de continuidade.
	Edital de fomento municipal para credenciamentos dos artesãos.

Eixo 4 - Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática

Desafios	Oportunidades
Sobreposição de problemas, ausência do Estado e incompreensão das práticas tradicionais, intensificando o racismo ambiental.	Descobrir como viver respeitando a natureza a partir de boas práticas.
Modo de vida enraizado e institucionalizado historicamente que empurra as pessoas, principalmente a população negra, para as áreas que sobram – em que o estado não vai.	Participação das comunidades tradicionais para preservação do meio ambiente.
Racismo ambiental materializado no território; muitos deles com interfaces e conflitos com legislações de preservação; além da ausência do Estado em muitos casos.	A adaptação climática do Patrimônio Cultural pode ser promovida por meio de diagnósticos e mapeamentos de risco para identificar vulnerabilidades, planos de ação e protocolos de manutenção preventiva adaptados às condições locais, investimentos em tecnologias e técnicas de conservação resilientes, capacitação e engajamento das comunidades na proteção do patrimônio, e integração com políticas públicas de gestão ambiental e territorial
O Patrimônio Cultural enfrenta riscos significativos com a emergência climática, incluindo danos físicos a edificações e sítios históricos devido a eventos extremos como enchentes, tempestades e deslizamentos; deterioração de materiais e estruturas causada por mudanças de temperatura e umidade; perda de elementos paisagísticos e naturais que sustentam a identidade cultural; e vulnerabilidade das comunidades e saberes tradicionais vinculados ao patrimônio frente às mudanças ambientais.	A agenda de Desenvolvimento Sustentável e Patrimônio Cultural deve ser construída a partir da articulação entre órgãos culturais, ambientais, comunitários e privados, incluindo metas de preservação, uso sustentável e valorização econômica do patrimônio; incentivo à educação, pesquisa e sensibilização da população; planejamento de políticas públicas que considerem mudanças climáticas e resiliência cultural; e criação de programas de turismo cultural sustentável e experiências comunitárias que equilibrem geração de renda e preservação.
A emergência climática tem menos influência do que a própria ocupação do território por meio do uso da terra.	Plano de ações e planejamento emergencial preventivo para enfrentamento de ameaças climáticas e as de decorrência da passagem do tempo

	(morte, perda de saberes tradicionais por falta de registro).
Grande ocorrência de construções antigas e de importância histórica/cultural feitas de madeira em SC; com suas dificuldades de manutenção e de restauração (tipos de madeira muito caros atualmente ou inexistentes).	Mapeamento de todos os bens de interesse cultural vulneráveis e em risco potencial.
Degradação dos materiais acelerada pelas mudanças de clima e das intervenções humanas.	
Falta de continuidade das políticas e de um planejamento através de pessoal qualificado e efetivo - para que garantam a continuidade da implantação dos planos ao longo das gestões.	Abertura de editais com valores compatíveis para manutenção de imóveis e demais bens tombados.
Recursos humanos e financeiros escassos.	Plano de conferência bianual pelo município.
	Instituir uma agenda específica para o enfrentamento destas ameaças, que articulem os diversos entes em um fórum.
	Priorizar ações preventivas ao invés de corretivas apenas, com fiscalização recorrente.
	Qualificação e formação das equipes responsáveis e de atores relacionados ao patrimônio.